CAU/RN NOTÍCIAS

NOTÍCIA NACIONAL

Reutilização de espaços urbanos abandonados pode ser ferramenta para reduzir desigualdade socioespacial

412

NOTÍCIA NACIONAL

Reutilização de espaços urbanos abandonados pode ser ferramenta para reduzir desigualdade socioespacial

Com as mudanças econômicas e sociais cada vez mais rápidas na sociedade, a crescente urbanização, a globalização e a desindustrialização, as desigualdades socioespaciais e a valorização de áreas específicas em detrimento de outras estão mais evidentes, o que levou espaços que antes funcionavam para habitação, comércio ou indústria, ao abandono e à subutilização. Estes lugares têm grande potencial para serem redirecionados e ganharem novas funções que beneficiem a comunidade, entretanto, a desarticulação entre poder público e planejamento urbano tem dificultado esse processo.

Os bairros periféricos e as comunidades vulneráveis de baixa renda são os grupos que mais têm o seu direito à cidade e moradia comprometidos, e que, portanto, poderiam ser beneficiados por projetos de redirecionamento de imóveis subutilizados para função social, buscando garantir não somente moradia digna, como também lazer, práticas esportivas, espaços de cultura e interação social.

O arquiteto e urbanista Kazuo Nakano explica que no Brasil há diversos fatores que levam à subutilização e ociosidade de espaços nas cidades. Entre eles estão a retenção especulativa de terras, edificações e localizações urbanas, que aguardam uma exploração e valorização econômica, assim como a deterioração e a degradação de áreas mais antigas e localizações que se encontram em trâmites judiciais que ficam impedidos de serem utilizados.

O profissional também ressalta que promover nova destinação para esses espaços é muito positivo para toda a cidade, "Evita desperdícios e um espraiamento horizontal periférico das cidades, o que, geralmente, leva a processos de segregação, gentrificação, distanciamento e encarecimento da implementação. Quando a cidade é muito fragmentada, os sistemas de serviços, equipamentos e infraestruturas ficam mais caros, atendendo menos pessoas", explica o arquiteto.

Por fim, Kazuo alerta que o aproveitamento e utilização dessas áreas não seja realizado para atender somente aqueles com maior poder aquisitivo. "É importante que a gente tenha no plano de aproveitamento de áreas ociosas subutilizadas mecanismos de inclusão socio-territorial de populações vulneráveis e de baixa renda, por meio de mecanismos de inclusão, provisão habitacional, interesse social e provisão de serviços, de modo a promover justiça social e espacial", destaca ele.

Portanto, a profissão da arquitetura e urbanismo, quando voltada ao cuidado com as cidades e com a população, pode ser uma ferramenta transformadora de realidades, promovendo espaços justos, acessíveis e igualitários para toda a sociedade. Desta forma, também, cria-se um senso de pertencimento, propiciando o desenvolvimento de uma futura população preocupada com os espaços que habitam e consciente dos seus direitos nos bairros e municípios que vivem.

Fonte: FNA

AGENDA DA SEMANA

19 à 21	Fiscalização – Mossoró e Assú
20 e 21	Biometria Natal (por agendamento)
22/02	Fórum de Presidentes - Brasília
1º/03	Plenária Ampliada – CAU/BR